



Recebido, Autue-se e  
Inclua em pauta.

25 JUN 2013

1º Secretário



## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

25 JUN 2013

Protocolo: 244/13

Processo: 244/13

PROJETO DE LEI

Nº 950/13

AUTOR: DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD

Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 2.530, de 25 de julho de 2011, que "Torna obrigatório a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições financeiras, localizadas nos Municípios do Estado de Rondônia".

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, decreta:**

Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 2.530, de 25 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

Parágrafo único. Excluem-se das obrigações contidas nas alíneas "c", "d" e "e" do inciso I e inciso II e alíneas deste artigo, as cooperativas singulares de créditos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 19 de junho de 2013.

Deputado **HERMÍNIO COELHO**  
Presidente da ALE/RO



## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP		
		PROJETO DE LEI	Nº
AUTOR: DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD			

### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A iniciativa de nossa propositura em alterar a Lei nº 2.530/11, se dá em razão de que as cooperativas singulares de crédito são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e são, ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

As cooperativas de crédito apenas captam cotas de capital, reventando-as em empréstimos aos associados, portanto, não oferecem os mesmos serviços que a rede bancária oferece, como contas-correntes, aplicações financeiras, dentre outros.

Nas cooperativas singulares de crédito, todas as operações financeiras realizadas se transformam em benefícios para os associados, por meio de taxas e condições especiais, contribuindo assim, para o desenvolvimento das economias locais.

Por essa razão, entendemos ser oneroso o exigido pela referida Lei às cooperativas singulares de crédito, nesses itens específicos da segurança, uma vez que elas não visam o lucro, mas sim o crescimento de seus associados e consequentemente o desenvolvimento socioeconômico.

Assim sendo, contamos com o apoio e o voto para nossa proposição.